



Estratégia
Concursos

Lula confirma indicação de Cristiano Zanin, seu advogado na Lava Jato, para o STF



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou, nesta quinta-feira (1º/6), a indicação de **Cristiano Zanin**, seu advogado pessoal, para ocupar uma cadeira de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Acho que todo mundo esperava que eu indicasse o Zanin”, disse o petista, ao ser questionado por jornalistas durante evento no Palácio Itamaraty.

Lula escolheu Zanin para ocupar a cadeira deixada por Ricardo Lewandowski, que se aposentou em 11 de abril deste ano. O ministro aposentado era tido como garantista na esfera penal e, com a indicação de Zanin, o petista quer manter a correlação de forças na Corte, especialmente na era pós-Operação Lava Jato.

Para assumir a vaga no Supremo, Zanin precisa ser aprovado pelo Senado Federal. Primeiro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e, depois, pelo plenário da Casa. O Metrôpoles ouviu de senadores de diferentes alas ideológicas que o advogado não deve encontrar dificuldades para ter o nome cancelado.

Personagens da Lava Jato

Caso consiga os votos da maioria dos senadores, Zanin entrará no STF com 257 processos remanescentes de Lewandowski. Os mais polêmicos são os que envolvem justamente a defesa de Lula na operação que o levou à prisão, a Lava Jato.

Zanin também é o contratado pelas Americanas para fazer a defesa da empresa em processo que corre no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no qual o banco BTG Pactual pleiteia continuar retendo R\$ 1,2 bilhão do caixa da varejista, quantia que lhe é devida. Há uma ação do caso também no STF, o que pode levar Zanin a ter de optar pela suspeição em atuar no julgamento.

Para casos como esses, a lei no Brasil prevê que o ministro pode se declarar impedido ou suspeito para julgar o caso e ficar fora da análise.

Quem é Cristiano Zanin

Com 47 anos, Cristiano Zanin é criminalista, professor e advogado que atua nas áreas de direito econômico, empresarial e societário. Advogado de Lula desde 2013, Zanin ganhou notoriedade pela defesa do agora presidente na Operação Lava Jato, ao lado de sua esposa, Valeska Teixeira Zanin Martins.

Foi autor do pedido de habeas corpus impetrado em 2021 no STF que resultou na anulação das condenações de Lula. Com a sentença, que reconheceu a incompetência e parcialidade do juiz Sergio Moro, o petista teve os direitos políticos restaurados e ficou apto a concorrer à Presidência da República em 2022.

Em setembro de 2020, Zanin foi alvo de mandado de busca e apreensão expedido pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pelo braço fluminense da Lava Jato. A suspeita era que Zanin seria o líder de um esquema de fraudes no sistema S e na Fecomércio fluminenses. Na época, Zanin acusou Bretas de ser ligado ao então presidente, Jair Bolsonaro (PL), e alegou que a operação pretendia intimidá-lo.

Em 2023, três dias após os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro, apoiadores de Bolsonaro ameaçaram de agressão e hostilizaram o advogado no banheiro do Aeroporto de Brasília. Um dos homens filmou a ação e publicou nas redes sociais. Posteriormente, ele foi identificado e indiciado por ameaça, injúria e incitação a crime. Além de defender Lula, Zanin atua como advogado da Americanas no litígio com o banco BTG Pactual, bem como no processo de recuperação judicial da Varig.

STF anula condenação de Eduardo Cunha à prisão pela Lava Jato



O Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a condenação a quase 16 anos de prisão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PTB), por suposto recebimento de propina em contratos de dois navios-sonda da Petrobras, no âmbito da Operação Lava Jato.

Realizado em sessão virtual da Segunda Turma, o julgamento terminou em 3 votos a 2 a favor da anulação da sentença. Não foi analisado o mérito da questão pelos magistrados.

Os ministros Nunes Marques, André Mendonça e Gilmar Mendes entenderam que o processo deveria ter sido conduzido pela Justiça Eleitoral, e não pela Justiça Federal em Curitiba. Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, já aposentado, votaram a favor da condenação do ex-deputado.

A decisão, na interpretação da maioria dos magistrados que votaram, se ampara em entendimento formado pelo plenário do STF em 2019, de que a Justiça Eleitoral teria prevalência sobre a Justiça comum para analisar casos de crimes eleitorais conexos.

Cunha chegou a concorrer nas eleições de 2022, mas acabou não conquistando votos suficientes para voltar à Câmara dos Deputados. Na época, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo deferiu o pedido de registro de candidatura, por entender que Cunha não estava inelegível no momento do registro da candidatura, apesar de ter o mandato anterior cassado, em 2016, por quebra de decoro parlamentar.

Com a decisão colegiada divulgada pelo STF nesta segunda-feira (29), o processo será encaminhado à Justiça Eleitoral do Paraná. Caberá ao novo juiz responsável pelo caso decidir se aceita a validade das provas produzidas e se restabelece a condenação do político.

O Ministério Público Federal (MPF) alega que Cunha teria sido beneficiado por um suposto pagamento de propina relacionada a contratos de construção de navios-sonda da Petrobras celebrados entre a estatal e o estaleiro Samsung Heavy Industries.

Em 2021, em outra decisão sobre competência, a Segunda Turma enviou para a Justiça Eleitoral outra condenação de Cunha. Nesse caso, tratava-se de uma sentença a 15 anos e 4 meses de prisão pelo então juiz Sérgio Moro pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Em nota, a defesa do ex-parlamentar disse que a decisão do STF confirma a “perseguição contra Cunha”.

"A decisão do Supremo fez justiça e confirma aquilo que a defesa sustenta desde o início do processo e que agora está ficando claro para todo o país: **Eduardo Cunha, assim como outros inúmeros réus, foi vítima de um processo de perseguição abusivo, parcial e ilegal e julgado por uma instância manifestamente incompetente**", disseram os advogados do político.

STF cancela perdão da pena que Bolsonaro deu a ex-deputado federal Daniel Silveira



O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou por oito votos a dois, nesta quarta-feira (10), o decreto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que concedia perdão da pena ao ex-deputado federal Daniel Silveira. O ex-parlamentar foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão por crimes de ameaça ao Estado de Direito.

Em 21 de abril de 2022, dia seguinte ao julgamento, Bolsonaro assinou um decreto concedendo indulto individual ao parlamentar sob o argumento que ele fez uso de sua liberdade de expressão.

Na votação desta quarta-feira, os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Gilmar Mendes acompanharam a ministra Rosa Weber, presidente do STF e relatora do caso, pela nulidade do indulto dado por Bolsonaro a Silveira. No argumento geral, o indulto foi concedido com desvio de finalidade, o que motivou sua nulidade.

Os ministros André Mendonça e Nunes Marques votaram para validar o perdão da pena. Votos vencidos, para eles a Constituição garantiu ao então presidente da República o poder de concessão de graça constitucional a condenados, medida que não pode ser revista pelo Judiciário.

O ex-deputado está preso desde fevereiro deste ano por descumprir regras da prisão domiciliar e fazer novos ataques ao Supremo.

Entenda o caso

Durante seu mandato como deputado federal, Silveira se destacou como um dos mais dedicados aliados de Bolsonaro, incentivando atritos entre o STF e as Forças Armadas, com postagem de provocações em suas redes sociais.

Em um dos episódios mais marcantes do período em que representou o estado do Rio de Janeiro na Câmara, o então deputado publicou um vídeo em que fazia ameaças ao Supremo e louvava o AI-5, mais duro instrumento de repressão do período de ditadura militar brasileira. Por causa disso, foi preso em fevereiro de 2021.

Mesmo com o perdão presidencial, Silveira teve o acesso às redes sociais, conduta que estava proibida pelo STF. O então deputado, porém, não deixou de atacar os ministros, usando os perfis da esposa, que viriam também a ser bloqueados.

Silveira chegou a se lançar candidato ao senado pelo PTB do Rio de Janeiro em 2022, mas o Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-RJ) derrubou a candidatura com base na lei da Ficha Limpa, destacando que o perdão presidencial era relativo ao cumprimento da pena e não cancelava outros efeitos judiciais, como a inelegibilidade.

Em fevereiro deste ano, logo após o fim de seu mandato como deputado, Silveira voltou a ser preso, devido ao descumprimento de medidas cautelares definidas pelo STF, como a utilização de tornozeleira eletrônica e a não concessão de entrevistas sem autorização judicial.

Antes mesmo de entrar para a política, Silveira já tinha sido preso diversas vezes, primeiro por suspeita de venda de anabolizantes. Mais tarde, após ingressar na carreira de policial militar, foi detido por diferentes transgressões disciplinares.

Fernando Collor é condenado a 8 anos e 10 meses de prisão pelo STF



O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, nesta quarta-feira (31), o ex-presidente e ex-senador Fernando Collor a oito anos e dez meses de prisão em regime inicial fechado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por um esquema na BR Distribuidora.

Ainda cabe recurso ao próprio STF e, por isso, Collor não será preso agora. O ex-senador também deverá pagar multa, indenização e ficar proibido de exercer funções públicas.

Em nota, o advogado de Collor, Marcelo Bessa, disse que “a defesa, reafirmando a sua convicção sobre a inocência do ex-presidente Collor, vai aguardar a publicação do acórdão para apresentar os recursos cabíveis”.

A sessão desta quarta-feira (31) foi a sétima consecutiva a analisar a ação penal contra Collor. Nela, os ministros definiram a pena a ser imposta. A Corte já havia decidido pela condenação na semana passada.

A maioria dos ministros entendeu ter ficado comprovado que Collor recebeu R\$ 20 milhões de propina entre 2010 e 2014 para facilitar a construção de obras da UTC Engenharia na BR Distribuidora usando sua influência política como senador. Os valores passaram por lavagem para ocultar sua origem ilícita.

Oito ministros votaram pela condenação do ex-senador: o relator, Edson Fachin, e os ministros Roberto Barroso, Luiz Fux, Cármen Lúcia, André Mendonça, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Rosa Weber.

Os ministros Nunes Marques e Gilmar Mendes votaram pela absolvição. Por uma decisão do STF da última quinta-feira (25), os magistrados que absolveram o réu puderam votar nas propostas de pena.

Penas

Além da prisão, Collor foi condenado a:

- ☐ Pagar 90 dias-multa;
- ☐ pagar R\$ 20 milhões de indenização por danos morais (em conjunto com os outros dois condenados);
- ☐ ficar proibido de exercer cargo ou função pública “pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada”.

Cada dia-multa equivale a cinco salários-mínimos na época dos últimos fatos criminosos (2014), corrigido pela inflação.

Além de Collor, também foram condenados no julgamento Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, apontado como operador particular e amigo de Collor, e Luis Pereira Duarte de Amorim, apontado como diretor financeiro das empresas do ex-senador.

Bergamaschi foi condenado a uma pena de quatro anos e um mês de prisão em regime inicial semi-aberto e pagamento de 30 dias-multa. Amorim foi condenado a uma pena de três anos de prisão em regime inicial aberto e dez dias-multa.

Para Amorim, o STF autorizou a substituição pena de prisão por restritiva de direitos. No caso dele, a limitação de final de semana (comparecimento em casa de albergado por períodos nos sábados e domingos) e prestação de serviço à comunidade.

Entenda o caso

O caso que foi julgado é uma ação em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) acusou Collor de recebimento de propinas em contratos da BR Distribuidora, antiga subsidiária da Petrobras na venda de combustíveis. As investigações começaram na Operação Lava Jato.

Os crimes imputados ocorreram entre 2010 e 2014. A PGR acusou o ex-presidente e seu grupo de terem recebido R\$ 30 milhões em propina. De acordo com a denúncia, a suposta organização a que Collor pertenceu teria recebido vantagens indevidas em contratos da BR Distribuidora em um suposto esquema que envolveria a influência do então senador para indicações estratégicas na empresa.

A denúncia foi apresentada em 2015 pela PGR e aceita em 2017 pela 2ª Turma do STF.

O que acontece agora?

Collor não será preso imediatamente, mesmo com a condenação. Isso porque ainda cabem recursos da decisão ao próprio STF.

Só quando a condenação se tornar definitiva (o chamado trânsito em julgado), ou seja, quando não couber mais recursos, é que ele terá que começar a cumprir a pena.

Mesmo sendo ex-presidente e ex-senador, Collor deverá cumprir pena em uma cela comum, conforme a legislação.

O Código do Processo Penal estabelece a possibilidade de ficar preso em cela especial a determinadas autoridades, como ministro de Estado, membros do Parlamento e magistrados, mas só em caso de prisão provisória (aquela antes de uma condenação definitiva).

Para o advogado criminalista André Kehdi, sócio do Kehdi Vieira Advogados, em caso de condenação definitiva no STF, Collor vai para prisão comum. “A garantia de prisão especial (que é sempre cautelar) para ex-presidentes é uma construção interpretativa, pois não está expressa na lei”.

Em regra, a execução da pena deve se dar no local mais próximo da residência do condenado.

O advogado criminalista Berlinque Cantelmo, sócio do Cantelmo Advogados Associados, disse que há possibilidade de Collor ter direito à prisão especial se houver uma interpretação da lei de acordo com princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

“Considerando que qualquer cidadão que tenha ocupado cargo máximo na estrutura hierárquica da República tem essa prerrogativa, incluindo nessa perspectiva ex-membros do Parlamento, o que é o caso de Collor”, afirmou.

Cantelmo também entende que, por isonomia, o direito à prisão especial poderia ser estendido à execução definitiva de pena.

A princípio, Collor não terá direito a pedir para cumprir a pena em casa. A regra da prisão domiciliar não é admitida em condenações a regime fechado. Também é preciso comprovar determinados requisitos para ter acesso a esse direito, como ter mais de 80 anos ou estar “debilitado por motivo de doença grave”.

Entenda o caso de racismo contra Vinicius Junior



Revelado pelo Flamengo, o atacante Vinicius Junior transferiu-se em 2018, aos 18 anos, para a Europa. Desde sua chegada, foi criticado pelo alto valor de seu passe e por não ter correspondido às expectativas no início de sua passagem pelo Real Madrid.

Nos últimos anos, especialmente sob o comando do técnico italiano Carlo Ancelotti, Vinicius ascendeu à titularidade do Real Madrid, foi decisivo em conquistas do clube e tornou-se uma das principais estrelas do clube.

Desde 2021, no entanto, Vinicius sofre ataques racistas de torcidas adversárias e até mesmo da imprensa espanhola. Entenda o que aconteceu na partida contra o Valencia, no último domingo (21), suas repercussões e todo o histórico de racismo contra o brasileiro na Espanha.

O QUE ACONTECEU?

Vinicius Junior, 22, atacante brasileiro do Real Madrid, estava em campo em partida contra o Valencia, no estádio Mestalla, pela 35ª rodada de LaLiga, o Campeonato Espanhol.

Aos 62 minutos, a transmissão da ESPN já registrava a recorrência de cantos racistas contra Vinicius durante a disputa. Em vídeo disponível no YouTube, ouve-se a palavra "mono", macaco, em espanhol, sendo entoada repetidas vezes pela torcida.

Aos 72 minutos de partida, Vinicius se dirige à arquibancada atrás do gol para confrontar torcedores que proferiam insultos e faziam gestos racistas.

Rapidamente, o capitão espanhol Gayà, do Valencia, e o zagueiro alemão Rudiger, do Real Madrid, tentam puxar Vinicius e impedi-lo de confrontar a torcida.

Indignado, Vinicius discute com jogadores do Valencia, que tentam desencorajá-lo.

De acordo com vídeo divulgado por El Golazo, programa da TV espanhola, o árbitro Ricardo Burgos Bengoetxea indica para o diretor de partidas de La Liga, Luis Fernando Marco, que um objeto foi arremessado no campo e que atos racistas estavam acontecendo.

"Foi visto ali um lançamento e racismo, as duas coisas. Quero que avisem pelo sistema de som: na próxima vez que gritarem "macaco", vamos para dentro. Protocolo de racismo, por Vinicius, é o primeiro aviso. Não vou recomençar o jogo", diz Burgos.

Ancelotti reclama com o juiz e pede a paralisação da partida. O árbitro responde: "Estou totalmente de acordo, mas tenho que avisar uma vez. Se voltar a acontecer, saímos de campo".

O técnico merengue rebate: "Eu ouvi, estão dizendo 'macaco'. Temos que parar a partida."

Burgos insiste: "Me escuta, o protocolo diz que preciso avisar uma vez. Na segunda, deixamos o campo".

Ancelotti termina a conversa pontuando que a torcida continuava a cantar os insultos racistas.

Em seguida, o árbitro se dirige ao atacante brasileiro: "Vini, me escuta, por favor. Te peço que continue. Se acontecer de novo, deixamos o campo. Confia em mim?". O atacante acena um sinal positivo com a cabeça.

Éder Militão é o próximo a entrar na conversa. Burgos reafirma o protocolo e diz que não pode fazer nada.

"É assim, Éder, assim é o protocolo. É uma vergonha, uma vergonha. Confie em mim. Não posso mudar."

POR QUE VINICIUS JUNIOR FOI EXPULSO?

Mais tarde, aos 93 minutos de partida, começa uma confusão após uma cobrança de falta do Real Madrid.

Perto da linha de fundo, o meia norte-americano Yunus Musah, do Valencia, segura a bola para atrasar a cobrança de escanteio do Real Madrid.

O merengue Antonio Rudiger, então, confronta o jogador, tentando tirar a bola de suas mãos, e o derruba. Imediatamente, Vinicius corre até Musah e discute com o meia, que ainda está no chão.

A partir daí, jogadores do Valencia partem para cima de Vinicius, especialmente o goleiro Mamardashvil, que sai em disparada. Ambos os times entram no bolo, cercando o atacante brasileiro. Na confusão, o atacante espanhol Hugo Duro aplica um mata-leão, golpe de estrangulamento conhecido também como gravata.

Hugo mantém o golpe por oito segundos. Quando Vinicius consegue desvencilhar-se, atinge o rosto do espanhol com o antebraço direito. Hugo acusa o golpe caindo no gramado. A princípio, o juiz decidiu apenas punir o goleiro Mamardashvil e Vinicius com o cartão amarelo.

Em seguida, vem a reviravolta: antes da retomada da partida, o VAR interfere e sugere a revisão do lance na cabine de vídeo. O trecho selecionado pelo árbitro de vídeo, exibido para o juiz em campo, mostra somente a agressão de Vinicius, desconsiderando o mata-leão do atacante do Valencia.

Assim, o cartão amarelo é cancelado e trocado pela expulsão do brasileiro. Hugo Duro passa impune. Na saída de campo, Vinicius é escoltado pelo zagueiro Rudiger e pelo goleiro Courtois, que tentam apressar o colega de time.

O lateral Lucas Vázquez abraça o atacante, conversa com ele e o acompanha até a linha lateral. Quando se aproximava da saída, Vinicius ironiza a decisão da arbitragem com aplausos, sinaliza o número dois com os dedos e faz gestos de queda em direção à torcida.

Os sinais são uma provocação à equipe do Valencia, que corre perigo de rebaixamento nesta edição do Campeonato Espanhol, a cinco pontos da zona de degola após a 35ª rodada.

Imediatamente, reservas do Valencia partem para cima de Vinicius, formando outro bolo. Com a saída e o fim da confusão, aos 98 minutos, o jogo volta a ser disputado, e termina em 1 a 0 para o time da casa.

OUTROS CASOS DE RACISMO CONTRA VINICIUS

O primeiro caso registrado em campo aconteceu em um confronto entre Real Madrid e Barcelona, em 24 de outubro de 2021, no Camp Nou, casa do time catalão. Na ocasião, um torcedor fez insultos racistas a Vinicius, que respondeu apontando para o placar da partida: os merengues venciam por 1 a 0.

Desde então, outros nove casos foram registrados, envolvendo a torcida de equipes como Mallorca (duas vezes), Atlético Madrid (duas vezes), Valladolid, Osasuna, Real Betis, outro incidente com a torcida do Barcelona, e o mais recente, com o Valencia.

Nas redes sociais, o brasileiro publicou um compilado de cenas dos ataques.

Mas os insultos não aconteceram somente nos estádios. Em setembro de 2022, Pedro Bravo, presidente da Associação Espanhola de Empresários de Jogadores, disse em debate no Chiringuito de Jugones, um programa esportivo popular da TV espanhola, que Vinicius Junior deveria deixar de "hacer el mono", expressão que pode ser traduzida como "fazer macaquice".

"Você tem que respeitar o adversário. Quando marca um gol, se quiser sambar, vá para o Sambódromo, no Brasil. Aqui, você deve respeitar seus companheiros de profissão e deixar de fazer macaquice", disse Bravo.

A declaração foi dada pouco antes do clássico entre Real Madrid e Atlético de Madrid, quando torcedores do Atlético foram registrados chamando Vinicius de macaco.

Na ocasião, o Real Madrid venceu por 2 a 1, fora de casa, com gol do brasileiro Rodrygo, que aproveitou para sambar com Vinicius durante a comemoração.

Quatro meses depois, na véspera de outro duelo entre as duas equipes, em janeiro de 2023, um boneco vestido com a camisa de Vinicius foi encontrado pendurado em uma ponte de Madri, como se estivesse enforcado. Junto, estava uma faixa vermelha: "Madri odeia o Real".

Casamentos homoafetivos cresceram quatro vezes nos últimos dez anos



Casamentos homoafetivos cresceram quatro vezes nos últimos dez anos, de acordo com dados dos cartórios brasileiros. A alta foi observada na década seguinte à permissão nacional para uniões dessa natureza.

Desde 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que nenhum cartório em território nacional poderia recusar a celebração de casamentos entre pessoas do mesmo sexo ou a conversão de uniões estáveis em matrimônios.

Antes disso, era preciso solicitar autorização judicial e o processo esbarrava em uma série de burocracias e preconceitos. De lá para cá, mais de 76,4 mil celebrações foram realizadas, 56% entre casais femininos e 44% delas entre casais masculinos.

A média anual do número de matrimônios entre casais homossexuais no Brasil chega a 7,6 mil. No primeiro ano de vigência da decisão do CNJ, 3.700 casais do mesmo sexo oficializaram a união. Esse número apresentou crescimento nos anos seguintes e chegou a 9.520 casamentos homoafetivos em 2018, alta de mais de 60% em cinco anos.

Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro (PL), o total de celebrações também ficou acima de 9 mil. A pandemia do coronavírus trouxe retração nas cerimônias, que chegaram a 6,4 mil em 2020.

No entanto, a partir de 2021, os registros voltaram a crescer, até alcançar o recorde de quase 13 mil casamentos em 2022. Um crescimento de mais de 40% em relação ao ano anterior.

São Paulo foi o estado que mais realizou casamentos homoafetivos no período, com 38,9% do total, o que representa quase 30 mil matrimônios. Na sequência estão Rio de Janeiro, que respondeu por 8,6% dos casamentos, Minas Gerais, com 6,6%, Santa Catarina, com 5% e Paraná, com 4,6%.

Proporcionalmente, o Estado de Alagoas é o que mais celebra matrimônios entre casais femininos, com 65,7% do total, e o estado do Mato Grosso do Sul é o que mais firma uniões masculinas, com 67,6% dos casamentos.

Os números são da Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), base de dados nacional de nascimentos, casamentos e óbitos, que é administrada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil).

O casamento civil entre casais homoafetivos foi garantido no Brasil pela Resolução 175, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 14 de maio 2013. Pela norma, juízes e tabeliães ficam proibidos de se recusarem a registrar a união.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal já havia reconhecido a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, e, em 10 de maio de 2017, o STF decidiu equiparar os direitos a herança de uma união estável homossexual com a de um casamento civil.

Ibama veta análise de petróleo a 500 km da foz do rio Amazonas

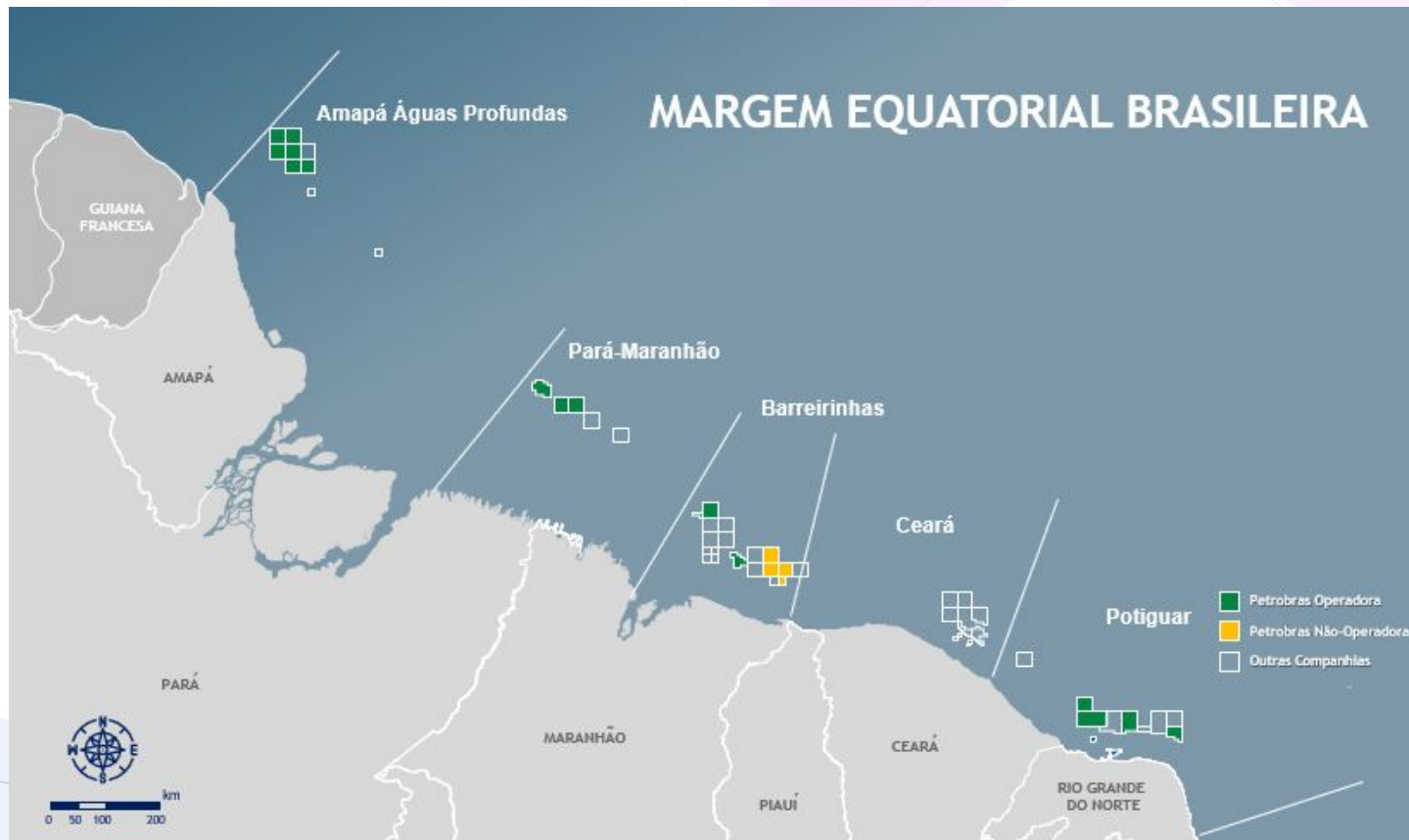


O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis) vetou nesta 4ª feira (17.mai.2023) o pedido da Petrobras para realizar uma perfuração de teste no mar, a 179 km da costa do Amapá, na região da Margem Equatorial Brasileira. O objetivo da estatal seria apenas checar se de fato há petróleo na área, que vem sendo chamada de “novo pré-sal”.

De acordo com o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, o pedido apresenta “inconsistências preocupantes” para uma operação segura em área de “alta vulnerabilidade socioambiental”. Afirma também que a região da bacia da foz do rio Amazonas é de “extrema sensibilidade socioambiental”.

No entanto, o local da única perfuração para estudo da Petrobras fica a 500 km da foz do rio Amazonas, segundo a estatal. A profundidade desse 1º poço seria de 2.880 metros, valor usual.

A região é um dos principais focos de campanha exploratória no Plano Estratégico 2023-2027. Abrange 5 bacias sedimentares, que se estendem da costa do Amapá ao Rio Grande do Norte. Veja no mapa a seguir (os quadradinhos representam áreas com potencial de exploração):



A decisão do Ibama também causa estranhamento pelo fato de a Guiana, que faz fronteira com os Estados de Roraima e Pará, já explorar petróleo na região, mas em sua costa.

Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), estudos internos indicam “elevado potencial para a realização de descobertas relevantes de recursos prospectivos” na Margem Equatorial.

DIVERGÊNCIAS NO GOVERNO

A decisão do Ibama não é unânime dentro do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT):

- ❑ o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu a perfuração e disse, em março, que lançaria programa para aumentar a produção nacional de petróleo;
- ❑ a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mostrou-se reticente. Afirmou em entrevista ao site de notícias Sumauma que encara a exploração na foz do rio Amazonas como enxergou a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da qual foi contra;
- ❑ o líder do Governo no Congresso e senador pelo Amapá, Randolfe Rodrigues, criticou a decisão do Ibama e afirmou que ninguém no Estado foi ouvido a respeito.

HISTÓRICO

Esta é a 2ª negativa para atividade do tipo na região. Em 2013, a TotalEnergies e a BP Energy arremataram, em consórcio com a Petrobras, 5 blocos na bacia da foz do Amazonas, pelo valor total de R\$ 250 milhões. No entanto, em 2018, o Ibama também negou o licenciamento ambiental do empreendimento.

Em 2020 e 2021, as multinacionais desistiram e venderam suas participações majoritárias para a Petrobras. A petroleira nacional seguiu negociando com o Ibama as licenças necessárias para o início das operações.

No começo de maio de 2023, com a expectativa da obtenção da licença, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, negou que houvesse qualquer tipo de tensão entre a estatal e o Ibama: “Estamos conduzindo esse caso com respeito absoluto, assim como todas as condicionantes para esse licenciamento”.

ENTENDA

A Margem Equatorial é uma região em alto-mar que se estende da Guiana ao Estado do Rio Grande do Norte, no Brasil. A porção brasileira é formada por 5 bacias sedimentares –um tipo de formação rochosa que permitiu o acúmulo de sedimentos ao longo do tempo. As bacias são:

- ☐ Foz do Amazonas, localizada nos Estados do Amapá e do Pará;
- ☐ Pará-Maranhão, localizada no Pará e no Maranhão;
- ☐ Barreirinhas, localizada no Maranhão;
- ☐ Ceará, localizada no Piauí e Ceará;
- ☐ Potiguar, localizada no Rio Grande do Norte.

A Petrobras tenta perfurar na bacia da Foz do Amazonas, que, embora tenha esse nome, não é a foz do rio Amazonas. A área onde seria perfurado o poço de petróleo se encontra a 500 km de distância da foz.

Negada pelo Ibama, a licença ambiental se refere a um teste pré-operacional para analisar a capacidade de resposta da Petrobras a um eventual vazamento. O pedido é para a perfuração de um poço em um bloco de exploração a cerca de 170 km da costa. O teste também permitiria à Petrobras analisar o potencial das reservas de petróleo na região.

A Margem Equatorial é uma região pouco explorada, mas vista com expectativa pelo setor. Isso porque os países vizinhos, Guiana e Suriname, acumulam descobertas de petróleo. Na Guiana, a ExxonMobil tem mais de 25 descobertas anunciadas. No Brasil, só 32 poços foram perfurados a mais de 300 metros do nível do mar, onde há maiores chances de descoberta.

A exploração na bacia da Foz do Amazonas é criticada por ambientalistas porque pode ter impactos sobre o ecossistema da região. Afirmam que os dados da Petrobras estão defasados, não sendo possível prever o comportamento das marés em caso de eventual vazamento de petróleo e seus impactos.

Ministério da Agricultura declara emergência zoossanitária por 180 dias por causa da gripe aviária



O Ministério da Agricultura declarou emergência zoossanitária por 180 dias por causa da gripe aviária. A medida foi publicada na edição extra do Diário Oficial da União desta segunda-feira (22).

Segundo o governo, até agora, oito casos de H5N1 foram confirmados em aves no Brasil, sendo sete no Espírito Santo e um no Rio de Janeiro. Todos os casos envolvem aves silvestres migratórias. Não há diagnósticos da doença entre humanos ou em aves para consumo.

O governo também prorrogou por prazo indeterminado a suspensão de feiras, exposições e outros eventos com aglomeração de aves. Essa medida foi adotada no fim de março.

A criação de aves ao ar livre, com acesso a piquetes sem telas na parte superior, também continua suspensa. A determinação vale para qualquer espécie de aves de produção, ornamentais, passeriformes, aves silvestres ou exóticas que estejam em cativeiro ou criadas para outras finalidades.

O que significa estado emergência zoossanitária?

Esse estado é declarado sempre que há um risco de uma doença oriunda de um animal se propagar rapidamente. É uma forma de o governo se antecipar a um surto da doença;

A maior preocupação, neste momento, é evitar que a gripe aviária chegue nas granjas e na criação de aves para a alimentação própria;

Isso porque a gripe aviária se espalha rapidamente entre os animais. Caso ela se dissemine, os animais precisarão ser sacrificados, o que diminuiria a oferta de carne de frango e ovos;

Ao declarar emergência zoossanitária, o governo consegue agilizar processos para combater a doença. Exemplos: reduz a burocracia para conseguir comprar equipamentos ou deslocar servidores de um estado para o outro, explica o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin.

Humano pode pegar gripe aviária?

Sim. Isso acontece quando uma pessoa tem contato direto com as secreções de um animal infectado com a H5N1, esteja ele vivo ou morto.

É por isso que o Ministério orienta para que as pessoas não peguem em aves doentes ou mortas.

Não há registros de contaminação de gripe aviária a partir do consumo de frango ou ovo, ou de manipulação da carne de um animal infectado, reforça o Ministério da Agricultura e Pecuária.

Como os casos foram confirmados em aves silvestres, o Brasil continua sendo considerado território livre de infecção pelo vírus da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), já que não existem diagnósticos na produção comercial.

Morre a rainha do rock, Rita Lee, aos 75 anos



A cantora, compositora e escritora Rita Lee faleceu na noite desta segunda-feira (8) aos 75 anos de idade, em São Paulo. Ela deixa seu marido Roberto de Carvalho e seus três filhos Beto, João e Antonio Lee.

O comunicado foi feito em seu perfil no Instagram. "Comunicamos o falecimento de Rita Lee, em sua residência, em São Paulo, capital, no fim da noite de ontem, cercada de todo o amor de sua família, como sempre desejou."

Rita Lee foi diagnosticada com câncer de pulmão em 2021, conforme anunciou em maio daquele ano. O diagnóstico ocorreu durante exames de rotina, e o tratamento realizado combinou imunoterapia e radioterapia. Cerca de um ano depois, em abril de 2022, a família da cantora anunciou a remissão do câncer – "diminuição ou desaparecimento de sinais ou sintomas de um câncer, comumente após a realização do tratamento proposto", segundo o glossário Controle de Câncer, do Ministério da Saúde.

Rainha do rock nacional

Considerada a rainha do rock nacional, Rita Lee iniciou sua carreira na década de sessenta como uma das primeiras mulheres a fazer sucesso a nível nacional dentro do rock. Durante aproximadamente 60 anos de carreira, a cantora acumulou mais de 55 milhões de discos vendidos, tornando-se a quarta artista mais bem-sucedida neste sentido no Brasil, atrás de Tonico & Tinoco, Roberto Carlos e Néelson Gonçalves.

Ela compôs hits que embalaram gerações e seguem tocando nos rádios e celulares até hoje como Ovelha Negra, Mania de Você, Lança Perfume, Agora Só Falta Você, Baila Comigo, Banho de Espuma, Desculpe o Auê, Amor e Sexo, Reza, Menino Bonito, Flagra e Doce Vampiro. Apesar de ser considerada a rainha do rock, Rita Lee flertou com outros gêneros musicais, como o pop rock, disco, new wave, MPB, bossa nova e até mesmo eletrônica.

Entre 1966 e 1972, Rita Lee fez parte do grupo Os Mutantes. Na época, a banda formada em meio ao movimento tropicalista, participou da famosa apresentação da música Domingo no Parque, ao lado de Gilberto Gil, no terceiro Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, em 1967.

Nesta época também foram gravados seis álbuns, com hits como A Minha Menina, Dom Quixote, Balada do Louco, Dois Mil e Um e Ando Meio Desligado.

Depois, entre 1973 e 1978, integrou a banda Tutti Frutti, pela qual passaram diversos artistas. No grupo, Rita Lee lançou o álbum Fruto Proibido, que contém os clássicos Agora Só Falta Você, Esse Tal de Roque Enrow e Ovelha Negra.

Logo depois deu início a sua carreira solo em parceria com o guitarrista Roberto de Carvalho, com quem foi casada até o fim de sua vida. O primeiro trabalho da dupla foi o álbum Rita Lee, mais conhecido por Mania de Você, lançado em 1979, com os sucessos Chega Mais, Doce Vampiro e a faixa-título.

Em 2008, quatro anos antes de anunciar a sua aposentadoria, em janeiro de 2012, Rita Lee foi colocado como uma das 100 maiores artistas da música brasileira, segundo a revista Rolling Stone. No ranking, a cantora ocupou o 15º lugar.

Apesar de ter anunciado a sua aposentadoria, Rita Lee ainda fez algumas apresentações nos anos posteriores. Em 25 de janeiro de 2013, ao se apresentar no vale do Anhangabaú, como parte dos shows de comemoração dos 459 anos da cidade de São Paulo, a cantora disse "Daqui eu não saio", referindo-se à cidade onde nasceu.

"Com esse show abre-se a celebração de meus 50 anos trabalhando com música; participei de algumas bandas; tenho trezentas composições; já fiz 1 bilhão setecentos e dezenove milhões e setenta mil shows; entre outros figurinos já me vesti de noiva, boba da corte, presidiária e Nossa Senhora Aparecida; há 36 anos sou casada com Roberto de Carvalho meu maior parceiro musical e pai dos meus 3 filhos", afirmou.

Pouco depois, em entrevista à revista Marie Claire, em abril de 2013, disse que “para envelhecer com dignidade, a mulher tem de ter desapego. É muito complexo!”.

Na ocasião, Rita Lee disse que estava “gostando” mais de si. “É o meu processo de envelhecer com dignidade, ver os pontos bons, afastar mágoas que tinha comigo mesma. Eu me perdoei de tudo. Estou me achando legal. Roberto sempre me fala: ‘Pô, se ache legal. Você é legal, é bonita!’. Então, estou aqui, tem umas pelanquinhas, umas rugas, mas estou bem. Tem uma hora que ou você entra na sala de espera da morte ou vê a vida de forma mais leve. Resolvi torcer a favor.”

Palmirinha Onofre, apresentadora e cozinheira, morre aos 91 anos



A apresentadora Palmira Nery da Silva Onofre, a Vovó Palmirinha, morreu neste domingo (7), aos 91 anos. Segundo familiares postaram nas redes sociais, ela teve um agravamento de problemas renais crônicos.

"A família, consternada e inconsolável, comunica o falecimento de Palmira Nery da Silva Onofre, a Vovó Palmirinha, aos 91 anos, ocorrido hoje, 7 de maio, às 11h20 em decorrência de agravamento de problemas renais crônicos. Ela estava internada na Unidade Paulista do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, desde o dia 11 de abril", afirmou o post na conta oficial dela.

Em 2020, a apresentadora foi internada três vezes em menos de dois meses. Em outubro, ela tratou uma infecção urinária e, no início de dezembro, devido a um baixo índice de sódio no sangue, foi internada na UTI. No final daquele mês, teve de voltar ao hospital por causa de mais uma infecção urinária.

Trajetória

Palmirinha marcou a história da TV brasileira com suas participações em programas culinários. Veja abaixo alguns destaques de sua trajetória:

Estreia na TV

- ❑ Segundo a família, Palmirinha estreou na TV em 1994, aos 63 anos, ao participar de uma matéria do programa da Silvia Popovic, na TV Bandeirantes.
- ❑ O carisma e o talento chamaram a atenção de Ana Maria Braga, à época, apresentadora da Record. Ela convidou Palmirinha para o seu programa, "Note e Anote", em 1994.

- ❑ Foi Ana Maria, inclusive, quem transformou Palmira em “Palmirinha”, como ela ficou conhecida nacionalmente dali em diante. As duas sempre se tratavam no diminutivo: Palmirinha e Aninha. Foram cinco anos juntas no “Note e Anote”.
- ❑ Em 1999, foi contratada pela TV Gazeta para apresentar o TV Culinária. Depois, teve oportunidade de apresentar o “Programa da Palmirinha” no canal fechado Bem Simples/FOX Life que ficou no ar até 2015.
- ❑ Em 2019, mais de 20 anos depois, Palmirinha foi convidada para participar do programa “Mais Você”, na TV Globo

Trabalho na TV Gazeta

- ❑ Com a transferência de Ana Maria Braga para a TV Globo, Palmirinha seguiu um novo caminho e passou a ser colaboradora de programas da TV Gazeta. Em 1997, começou a ensinar receitas no clássico "Mulheres" e no "Pra Você".
- ❑ Anos depois, ganhou um programa próprio: o "TV Culinária". Foi um marco em sua carreira.
- ❑ Ao longo de 13 anos, foi parte do elenco da TV Gazeta.
- ❑ Em 2010, deixou a casa para se dedicar a projetos pessoais.

Projetos pessoais

- ❑ Fez sucesso nos cinemas, em 2017, com uma participação especial no "Internet: O Filme".
- ❑ O último trabalho na TV foi em 2019 como jurada no reality "Chef ao Pé do Ouvido", da GNT.
- ❑ Palmirinha sempre foi convidada e teve importantes participações nos principais programas das emissoras nacionais, como Programa do Jô, Mais Você, Altas Horas, Domingão do Huck, Conversa com Bial, entre outros.
- ❑ Ela sempre foi um sucesso nas redes sociais -- seja pelo seu carisma ou pelos "deslizes" divertidos que cometia na cozinha. Foi citada no livro "Os 198 Maiores Memes Brasileiros que Você Respeita", de Kleyson Barbosa.



Estratégia
Concursos



GRATIDÃO!



Estratégia
Concursos